# Os erros morais kantianos e dos kantianos\* - 03/07/2016

Aqui Schopenhauer escrutina a fundamentação da moral kantiana, apontando os  
principais erros de Kant e desferindo golpes nos idealistas que o seguiram.  
  
   
  
\_As duas representações prediletas de Kant ou os dois principais erros\_  
  
Schopenhauer elege e critica as duas representações prediletas de Kant, o a  
priori em oposição ao a posteriori e a hipóstase da razão como algo separado e  
pertencente a seres racionais.  
  
Se o a priori foi uma importante descoberta que abalou a metafísica, o  
conceito se extrapola ao ser aplicado a tudo, diga-se, à moral, pois sobre ele  
assentaria a ética enquanto ciência pura cognoscível a priori, conforme a  
\_Fundamentação da Metafísica dos Costumes\*\*[1]\*\*\_. O a priori possibilita as  
proposições sintéticas a priori que, sendo meramente forma e não conteúdo das  
ações, retiram qualquer necessidade da lei moral ser demonstrada empiricamente  
como um \_fato da consciência,\_ seja experiência interna da natureza humana  
(subjetiva), seja experiência externa no mundo (objetiva). A lei moral paira  
no ar porque se origina de conceitos abstratos ligados pelo juízo que deveriam  
se sobrepor às nossas paixões e nosso egoísmo.  
  
Garantido o \_a priori\_ formal, a segunda representação estabelece a primazia  
da razão[2] não só para os seres humanos, mas para todo ser racional. Mas que  
espécie de ser é essa, ela seria constituída pelos “queridos anjinhos”? Não a  
conhecemos e não podemos estabelecer leis para seres racionais abstratos. Se a  
Crítica da Razão Pura tinha dado cabo dessa hipóstase da razão, a moral a  
reintroduz em oposição ao sentimento e a natureza humana do que declara  
Schopenhauer que ela é \_secundária\_ e surge como fenômeno da vontade –  
\*\*núcleo metafísico indestrutível\*\*.  
  
Schopenhauer recupera o \_a priori\_ para fundamentar a vontade como sendo a  
moral, como sendo coisa em si. Nos conhecimentos teóricos a priori pode ser  
estabelecido que as funções do nosso intelecto estejam em acordo com a  
experiência, mas enquanto fenômenos que representam o mundo, logo se pensa em  
um ser em si da realidade independente de nós. O apriorismo levado para a  
moral, conforme mencionado, seria apenas fenômeno e não coisa em si, o que  
estaria em contradição com o que Kant diz da moral associada ao ser em si das  
coisas, que se daria a entender como vontade.  
  
   
  
\_Nó da questão\_  
  
Se, conforme argumenta Schopenhauer[3], há uma moral teológica de deveres e  
obrigações oculta na moral kantiana, lá tais deverem são motivados pelo amor  
cristão e solidariedade, mas aqui o dever funda-se em si, em seu conceito e a  
ação moral por dever é indiferente, fria e ausente de amor. Cumprir por dever  
e não por inclinação, não se deixar levar pelos afetos do coração que  
atrapalham as máximas: há que se submeter à razão legisladora? Não, de acordo  
com Schopenhauer o que move esse coração duro é o medo. Mesmo porque, ao  
seguir tal dever que é uma lei, uma máxima necessária, não há garantias que  
ele se realize, segundo Schopenhauer[4]. Então de onde viria essa necessidade  
absoluta? Este é o nó da questão: se não há objeto para a necessidade da ação  
ela se fundaria então na moral teológica de obediência, transformada por Kant  
em respeito à lei. Seria coerção?  
  
   
  
\_A lei moral\_  
  
Classificada como última pedra de toque da moral kantiana, qual é conteúdo da  
lei moral? Schopenhauer distingue duas questões éticas: o princípio da ética,  
seu guia: o quê e o fundamento da ética, sua razão: o porquê, tomadas uma pela  
outra pelos filósofos para simplificar sua tarefa, a última uma difícil  
tarefa. O quê que todos concordam é: “não faças mal a ninguém, mas antes ajuda  
a todos que puderes!”, mas é o seu fundamento que é motivo da pergunta do  
concurso que Schopenhauer procura responder. Então, investigando a lei moral  
kantiana do dever, vê-se que ela seguiu o mesmo caminho aproximando princípio  
e fundamento. Se o princípio é formal e baseado em proposições sintéticas a  
priori, como dele se concretizam as leis concretas das ações dos homens?  
  
   
  
\_Processo de pensamento\_  
  
A fundamentação da moral em Kant, ao desdenhar das molas propulsoras da  
vontade que é motivada empiricamente, se estabelece unicamente como um  
processo de pensamento. Recusando o empírico, a lei toma a forma da legalidade  
(sua validade) e a matéria, seu conteúdo, da universalidade (validade para  
todos). Ou seja, o imperativo categórico e sua máxima é o resultado do  
processo de pensamento de agir de acordo com que uma máxima se torne lei e  
valha para todos. Para Schopenhauer, esse fato originário é impossível porque  
pressupõe que o homem tenha uma ideia de procurar uma lei para a vontade e de  
querê-la por em prática. Mais do que isso, que razão haveria para se buscar  
uma lei que limita nossas ações e nosso querer? Então tal processo de  
pensamento não viria sozinho à nossa cabeça, haveria um algo o motivando o que  
é contrário à lei moral de Kant, que é autônoma. Além disso, que força teria  
meros conceitos abstratos para nos mover, sem fundamentação empírica, sem  
conteúdo?  
  
   
  
\_Os erros dos kantianos\_  
  
Para eles Kant teria tomado o imperativo categórico como um fato originário da  
consciência e daí como uma experiência interna antropológica. Mas, se a moral  
kantiana fosse embasada em tal conteúdo empírico, nenhum concurso de moral  
seria necessário, mas ela é uma dedução apriorística por meio de conceitos,  
meramente formal. Então, em uma crítica à interpretação de Schiller que trata  
consciência moral como um fato originário responsável pelas ações dos homens,  
ligando a consciência moral à consciência humana, ele alega que a consciência  
não é um fato empírico. Em uma crítica a Fichte que confere à razão prática  
uma faculdade especial, um instinto de moralidade, Schopenhauer diz que a  
razão só é prática enquanto realiza o processo de pensamento.  
  
Segundo Schopenhauer, o próprio Kant percebeu a inadmissibilidade da sua lei  
moral e recua um pouco na Crítica da Razão Prática e na segunda edição da  
Crítica da Razão Pura, o que pode ter induzido os deslizes da escola kantiana.  
Como Fichte que funda a moralidade em uma intuição intelectual, há um fato ou  
atividade da consciência. Mas o fático é o oposta da razão pura... Haveria,  
entre os kantianos, uma transferência da imediatez da razão prática para a  
teórica, portinha aberta que Jacobi usou para salvaguardar a demolida razão  
teórica e a razão passa a intuir o suprassensível, transformando-a em uma  
razão mistificada. Pela crítica kantiana a razão demonstra os conhecimentos  
suprassensíveis, mas não os intui como quis Jacobi. Se para Kant a virtude  
provém do racional, Jacobi indevidamente aliou essa razão prática com a razão  
teórica atribuindo a ela poderes de conhecer o suprassensível, trouxe de volta  
a metafísica e nossa possibilidade conhecer o absoluto.  
  
   
  
\_A vontade de Schopenhauer\_  
  
É atacando a forma vazia da lei moral kantiana e a valorização da razão pelos  
kantianos que Schopenhauer funda a sua ética baseada na vontade. Conforme  
ressaltado, para Schopenhauer a fundação da moral kantiana é um raciocínio da  
razão prática e carece de motivação moral, positiva ou real. Se não há uma  
busca por uma ideia de moralidade, para Schopenhauer o que prevalece como lei  
de motivação é o egoísmo, baseado em motivos empíricos. Para ele deve haver  
algo que motive a vontade e ele tem que ser empírico e se impor a nós para  
superarmos nosso egoísmo. A nossa ação é efetiva e deve ser basear em uma  
motivação moral efetiva e real que empurre nossa vontade. A razão que  
Schopenhauer defende não é aquela transformada pelos kantianos e que conhece o  
suprassensível, mas razão que serve para um ser racional se comunicar com  
outro ser racional, por meio de conceitos abstratos e não intuitivos. E essa  
razão que nos difere dos animais: enquanto seus atos de vontade partem de  
motivos intuitivos e imediatos, para o homem, além desse motivo, há outro que  
é abstrato, baseado nos conceitos, no pensamento e extraído de experiências  
passadas aprendidas. A nossa razão, então, é pouco mais avançada que a dos  
animais porque conhecemos as leis de causalidade que, trabalhando com a  
sensação e a intuição, nos permite um conhecimento do mundo em grau maior e  
nos faz guiar não somente pelo sensível, mas pelo racional, embora isso não  
signifique retidão, porque podemos agir seguindo máximas egoístas ou injustas.  
  
   
  
\* \* \*  
  
\* Capítulo 6 de Sobre o Fundamento da Moral.  
  
[1] O problema aqui foi levar uma fórmula que deu certo na Estética  
Transcendental, onde leis a priori do espaço, tempo e causalidade (formas da  
intuição) seriam o conhecimento puro a priori, para a moral, estabelecendo o  
imperativo categórico que, a priori, conduz a nossa ação independente da  
experiência, como \_deve\_ absoluto.  
  
[2] Razão pura que só conhece a si mesma e ao princípio de não contradição.  
  
[3] Forma imperativa da ética: [Kant e o passe de mágica na base do imperativo  
categórico](http://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2016/06/kant-e-o-passe-de-  
magica-na-base-do.html).  
  
[4] Para ele, não é a máxima que conta na ação, mas a intenção, como um fato  
premeditado e esta deveria contar no julgamento moral e dependente de cada  
situação.